

# **A experiência de uma psicóloga com grupo de meninas vítimas de violência sexual**

Fernanda Neda

Monografia apresentada como exigência parcial do Curso de Especialização em  
Psicologia – Ênfase em Psicologia Saúde Comunitária – sob orientação do  
Profa. Dra. Clarissa De Antoni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Porto Alegre, Dezembro de 2011.



## SUMÁRIO

Abuso sexual: Introdução e Definições.....	5
Consequências da violência sexual em crianças/adolescentes.....	7
Mapeando os parceiros de trabalho.....	9
O trabalho com grupo de meninas.....	13
Descrição de alguns encontros e dinâmicas do grupo.....	21
Resultados e Discussão.....	23
Apresentando um caso típico.....	24
Considerações Finais.....	32
Referências.....	34

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho é problematizar a denúncia das vítimas de violência sexual na instituição escolar, buscando estabelecer os limites e as possibilidades da atuação da psicóloga escolar com um grupo de risco social. A análise desses aspectos é realizada dentro da abordagem psicanalítica a partir da experiência com um grupo de jovens. Focou-se na inserção de uma participante no grupo para descrição da experiência.

Palavras-chave: abuso sexual, escola, rede social, psicanálise.

## **Abuso sexual: Introdução e Definições**

Pessoas que sofreram abuso sexual na infância ou adolescência carregam sequelas emocionais provenientes do abuso, em diferentes graus. Este estudo teve como objetivo geral a análise de um processo terapêutico em grupo desenvolvido com adolescentes do sexo feminino, vítimas de abuso sexual intrafamiliar, visando diminuir sequelas do abuso e melhorar seu repertório de enfrentamento. O processo de grupoterapia é dividido em quatro partes de acordo com Padilha e Gomide (2004, p. 57):

- (I) Preparação - dessensibilizar para facilitar a auto exposição
- (II) Revelação e exposição de sentimentos - facilitar a revelação do abuso sexual;
- (III) Aceitação - discutir a aceitação do abuso sexual e seu lugar na história de vida da pessoa; e
- (IV) Prevenção - facilitar a aprendizagem de comportamentos de autoproteção que impeçam a revitimização. Os resultados mostraram que exposições graduais ao tema feitas em grupo podem facilitar a revelação, a expressão de sentimentos e a aceitação do abuso na história de vida das participantes.

Abuso sexual se define como a participação de uma criança ou de um adolescente menor em atividades sexuais, as quais não é capaz de compreender, que são inapropriadas à sua idade e a seu desenvolvimento psicossocial, que sofrem por sedução ou força, e se transgridam os tabus sociais. De acordo com dados contidos em denúncias, ocorre na maioria das vezes dentro da própria família. Quando se trata de casos extrafamiliares, acontece, em geral, na vizinhança ou em instituições de atendimento e prestação de serviços (De Antoni, Yunes, Habigzang & Koller, 2011).

Logo abuso sexual é entendido como “todo o ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos ou uma criança menor de dezoito anos, tendo por finalidade estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre a sua pessoa. (Azevedo e Guerra 1988/1989, apud Azevedo e Guerra 2000).

Segundo Sechechter e Roberge, citado por apud Furniss (1993)

A violação sexual das crianças (adolescentes) refere-se ao envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos, em atividades sexuais em que elas não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares (SECHECHTER e ROBERGE, 1993, p.12).

Furniss (1993) acrescenta ainda “que os abusos objetivam a gratificação das demandas e desejos sexuais da pessoa que o comete” (p.12).

Abuso sexual, então, pode ser definido como o envolvimento de crianças e adolescentes, em processo de desenvolvimento, em atividades sexuais que não compreendem em sua totalidade, para as quais não estão aptos a concordarem e que viola as regras sociais e familiares de nossa cultura (Furniss, 1993; Glaser, 1991).

As diferentes definições de abuso sexual têm, no mínimo, três aspectos em comum: (1) a impossibilidade de uma decisão por parte da criança ou adolescente sobre sua participação na relação abusiva, já que na maior parte das vezes não está apta para compreender o seu envolvimento numa relação sexual; (2) o uso da criança por parte do adulto para a própria estimulação sexual; e (3) o abuso de poder exercido pelo adulto, cujo comportamento coercitivo não pode ser identificado facilmente, pois muitas vezes não existem provas físicas de que o abuso sexual aconteceu (Amazarray & Koller, 1998; Azevedo

& Guerra, 1989; Diégoli, Diégoli, Lerner, & Ramos, 1996; Gabel, 1997). O incesto inclui-se nesta categoria e é talvez a forma mais extrema de abuso sexual segundo Azevedo, Guerra e Vaicunas (1997).

Conforme Amazarray e Koller (1998), as taxas de ocorrência reais do abuso sexual são provavelmente mais elevadas do que as estimativas existentes. A maioria de casos nunca é revelada devido aos sentimentos de culpa, vergonha, ignorância e tolerância da vítima.

### **Consequências da violência sexual em crianças/adolescentes**

As consequências da violência sexual são variadas, na maioria dos casos aparece alguma doença sexualmente transmissível; também são comuns infecções urinárias de repetição; dor, inchaço e/ou escoriações na área genital ou anal; mudança brusca no comportamento; enurese e encoprese; depressão; vergonha excessiva; hiperatividade; comportamento agressivo; comportamento sexualizado inadequado; comportamento sedutor; aversão ao contato físico; fuga de casa e relutância para voltar; promiscuidade; tentativa de suicídio; gravidez precoce; problemas de aprendizagem; uso abusivo de drogas/álcool; comportamento antissocial; timidez; primeira a chegar à escola e a última a sair (Azevedo, Guerra, & Vaicunas, 1997).

A confusão da vítima leva ao não reconhecimento de seus sentimentos e desejos e à tendência à submissão e a revitimização ou à conduta abusiva ativa. O sentimento de culpa vai manifestar-se pelo senso de estigmatização, isolamento, baixa autoestima e diminuição da atenção e concentração, com queda no rendimento escolar. A adição conduzirá a distúrbios sexuais como excesso de curiosidade, masturbação compulsiva, exibicionismo. A isso tudo

ainda se pode acrescentar agressividade em geral ou dirigida a pessoas do sexo do adulto que abusou, estes são efeitos a curto e médio prazo.

Os efeitos em longo prazo (após dois anos de abuso), com ausência do tratamento psicológico nesse período, são as fobias crônicas, pânico, personalidades múltiplas, depressão, revitimização pelo mesmo agressor ou por outros, prostituição ou repetição do padrão abusivo. KendallTackett et al (1993 apud Williams, 2002)

Geralmente estas famílias têm uma forma exagerada de cuidado e proteção com a criança/adolescente; controle rígido sobre as relações sociais dos filhos; afeto exercido de forma erotizada; possessividade e ciúme exagerado; proibição de relação de namoro; desconfiança permanente; acusação permanente de que a criança ou o adolescente apresenta comportamentos promíscuos, ou sedutores ou considerados “estranhos”; pai ou mãe, ambos abusados sexualmente na infância; troca de “papeis”; mãe ausente ou passiva; “segredo”; “complô do silêncio” ou uso abusivo de drogas ou álcool (Narvaz, 2004 a, 2004. b). A família abusiva promove todas estas consequências tão danosas à infância e à adolescência.

Para a psicologia, a família desempenha papel fundamental para a organização da sociedade. A teoria freudiana revolucionou o campo científico ao defender o princípio básico de que a estrutura da mente humana forma-se na infância. Freud mostrou que a mente não é algo previamente dado, mas uma estrutura construída na infância, por um longo processo de formação da personalidade e de estabelecimento de vínculos afetivos e emocionais que ocorre dentro da estrutura familiar. Em Freud encontramos o ponto de partida para a apreensão da família como uma teia de vínculos e de emoções que se expressa simultaneamente por meio de amor e ódio. (Copyright, 2002).

Esse estudo trata-se de um relato de experiência sobre um grupo de meninas vítimas de violência sexual, realizado no contexto escolar e coordenado pela psicóloga da instituição. Serão abordados aspectos relacionados como a compreensão do fenômeno do abuso sexual, a

formação, condução e análise do grupo realizado. Busca-se neste artigo, compartilhar a experiência com estas meninas. Narra-se algumas histórias de abuso e as medidas tomadas para ajudar a vítima. Discute-se as técnicas usadas e todo apoio externo utilizado para diminuir a dor destas meninas. Finalmente, oferecem-se algumas alternativas para melhoria de atendimento e acolhimento das vítimas de abuso sexual nas escolas.

### **Mapeando os parceiros de trabalho**

O interesse por este tema emergiu do trabalho realizado com o grupo de meninas vítimas de violência sexual em situação de risco social na escola. As manifestações das meninas do grupo despertaram curiosidade sobre a questão do abuso sexual. Até onde o psicólogo escolar pode atuar e quais são as possibilidades de atendimento na rede de assistência governamental para as vítimas?

Percebe-se que a instituição escolar está completamente despreparada para lidar com situações de denúncia. Constatou-se ainda, um despreparo generalizado dos professores e as direções das escolas para a acolhida das denúncias de abuso sexual.

Uma análise profunda da situação destas meninas vítimas de abuso demonstra que a escola além de ser um espaço para adquirir conhecimentos, mas também é um ambiente de acolhimento para as crianças e os adolescentes. Na medida em que o profissional da psicologia se integra na vida escolar dos alunos e estabelece um relacionamento de confiança com os mesmos, as vítimas se sentem mais seguras para denunciar a violência sexual.

Ao ouvir os relatos das meninas vítimas de abuso sexual, percebe-se que, apesar da determinação e os esforços das vítimas para romper com a situação de abuso, a escola não

soube oferecer um apoio adequado, contribuindo para a continuação da situação de abuso. Ao receber as denúncias de abuso, os professores e as equipes diretivas têm a obrigação, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069 de 1990), de encaminhar as vítimas para os Conselhos Tutelares, que por sua vez tem a missão de identificar possíveis sinais de violência e de encaminhá-las para atendimento em serviços de saúde, de educação e de assistência social. Infelizmente, muito raramente a denúncia de abuso tem este encaminhamento apropriado. As vítimas relatam que a denúncia não recebeu a atenção devida e que não receberam nenhum apoio ou encaminhamento para receber proteção familiar, comunitária ou institucional.

Ao dar conta que a escola não poderia dar assistência a estas meninas, a psicóloga imediatamente começou a pesquisar quais órgãos oferecem apoio para estas vítimas desamparadas. Constatou-se um despreparo generalizado que envolve os profissionais da área de saúde, educadores, juristas e até as instituições escolares, hospitalares e jurídicas, (em manejar e tratar adequadamente os casos surgidos).

São várias as instituições que estão envolvidas com vítimas de abuso sexual. Em primeiro lugar vem o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.).

Já o Conselho Tutelar (CT) é responsável pelo encaminhamento do comunicado da violência para os órgãos competentes. O Conselho Tutelar deve seguir os protocolos a fim de promover segurança e proteção à criança e ao adolescente vitimado e assegurar a efetivação de seus direitos fundamentais. Logo o Conselho Tutelar deve: acolher a denúncia, mesmo quando o denunciante quiser manter-se no anonimato; averiguar a situação de maus-tratos

com visita domiciliar, levantamento de informações na escola ou creche, entrevistas, etc; encaminhar crianças e adolescentes C/A para serviços específicos para fins de avaliação, quando estiver diante de suspeita de violação de direitos; encaminhar a vítima de negligência grave e/ou de agressão física e/ou sexual a um serviço de saúde para avaliação clínica e atendimento de emergência; orientar pessoa da família ou da comunidade para proceder ao registro da ocorrência na Delegacia de Polícia; Solicitar imediatamente ao Ministério Público ou encaminhar a parte interessada à Defensoria Pública sempre que houver necessidade do afastamento do agressor de casa (art. 130 do ECA); abrigar em entidades crianças e adolescentes vitimizados, sempre que não houver a certeza quanto a sua segurança em seu lar; encaminhar, mediante Aplicação de Medidas, C/A vitimizados e suas famílias para serviços especializados, de preferência com atendimento multiprofissional, a fim de minimizar os danos e consequências dos maus-tratos sofridos. O tratamento das vítimas e de suas famílias possibilita que o ciclo de violência seja rompido e que os maltratados de hoje não se transformem nos maltratantes de amanhã. Em se tratando de violência doméstica, é indispensável que o agressor seja objeto de nossa atenção, devendo ser encaminhado para tratamento especializado com terapia. Noticiar o crime ao Ministério Público, com presteza. Representar ao juiz da infância e juventude e aplicar medidas de proteção conforme o art.101 e/ou129 do ECA, como ação colegiada. É importante para caracterizar a violência regionalmente, esclarecer aspectos da política de atendimento existente e fornecer dados. <sup>1</sup>

A escola e os professores podem ter informações privilegiadas, na medida em que estão cotidianamente em contato com as crianças e os adolescentes. As instituições sociais de assistência, por sua vez, implantam as políticas públicas de atendimento e recuperação, acompanham os casos, apoiam os processos de reabilitação e estão em contato com o trabalho de vários profissionais envolvidos.

---

<sup>1</sup> Devemos nos referir, também, à violência doméstica, caso em que o agressor esteja envolvido diretamente com a vítima.

Por sua vez, o Judiciário é uma instituição importante na análise das leis vigentes e das dificuldades de responsabilização do agressor. Os médicos podem falar sobre as sequelas da violência e sobre os procedimentos adequados ao tratamento e recuperação das vítimas. A polícia e delegacias especializadas estão entre os primeiros a ter conhecimento dos casos e podem decretar a prisão preventiva do agressor. Os psicólogos cuidam dos aspectos psicossociais, tratam os traumas (causas e consequências) e ajudam na recuperação emocional.

A partir dessas informações, a psicóloga conseguiu contatar estas organizações para promover a articulação de diversos atores em numa ação conjunta com responsabilidade compartilhada e negociada, assim criando um modelo interdisciplinar.

Sampaio (in Amaro e outros, 1997) escreve sobre o modelo interdisciplinar, cujo principal traço é a justaposição de conteúdos de disciplinas heterogêneas, com objetivo de integração de métodos, teorias e conhecimentos. Neste modelo, o autor ainda ressalta que a comunicação entre os profissionais baseia-se no diálogo paralelo entre os profissionais.

Segundo a classificação de Azevedo e Guerra (1989), o profissional que trabalha as questões de violência deve ser: competente, comprometido, livre de reticências psicológicas. O profissional competente é aquele que vive em estado permanente de atualização e de aperfeiçoamento, executa pesquisa, interage com outros profissionais buscando compartilhar conhecimento e experiências. O profissional comprometido é aquele que investiga, que vai atrás dos fatos, que não mede esforços em defender a causa da criança e que acredita na palavra dela. É aquele que não banaliza a violência, sendo capaz de se emocionar diante da dura realidade enfrentada pelas crianças e adolescentes vítimas da violência. O profissional comprometido é aquele que não se acomoda diante das dificuldades, que é tenaz, obstinado, incansável.

Já o profissional livre de “reticências psicológicas” (p.164) é aquele que pensa e que age sem preconceitos nem discriminações, de forma aberta para o novo, sem pré-julgamentos. Que está sempre pronto a ouvir a palavra da criança e nela acreditar que não se deixa levar por sentimentos negativos nem por lembranças funestas de sua própria infância; que supera possíveis experiências traumáticas do passado. Logo uma pessoa para proceder dessa forma precisa, antes de tudo, de autocrítica e coragem, de desassombro, discernimento, sagacidade e determinação.

Este trabalho também pretende fortalecer as relações da escola com a Rede de Proteção Integral e possibilitar a integração dos sistemas de ensino ao fluxo de notificação e encaminhamento junto à Rede de Defesa, Responsabilização e Proteção de Crianças e Adolescentes.

### **O trabalho com grupo de meninas**

O grupo é composto de nove meninas na faixa etária de onze a quinze anos de idade. Todas são estudantes de uma escola pública e foram vítimas de abuso sexual. O grupo foi coordenado pela psicóloga e pela coordenadora pedagógica da escola.

O grupo foi formado por indicação dos professores e pela equipe diretiva da escola, após perceberem a necessidade das meninas de ter um ambiente de fala e escuta. Antes do encaminhamento das meninas para o grupo, a coordenadora da escola convidou os pais das alunas para uma reunião discutindo a metodologia e o processo do grupo. Na primeira etapa do trabalho com o grupo, cada menina foi avaliada numa entrevista individual com a psicóloga. A avaliação se realizou após dois encontros com duração de uma hora cada.

Nestes dois encontros iniciais, a psicóloga utilizou uma entrevista semi-estruturada. No segundo encontro a psicóloga explicou para cada menina como seria a formação do grupo e entendeu à aluna o convite para participar no grupo. O grupo se formou com nove meninas durante o período de doze meses. Os encontros do grupo aconteceram semanalmente na escola em sessões de 50 minutos no turno contrário das aulas. Após cada sessão a psicóloga e a coordenadora pedagógica se reuniram por trinta minutos para discutir a sessão do dia. Depois da primeira sessão o grupo não permitiu a entrada de novos membros.

A grupoterapia tem como objetivo criar, positivas mudanças de atitudes através da própria percepção de cada participante do grupo.

**Material:**

Foram utilizados vários materiais como papel, canetas coloridas, tintas. Computadores, televisão e um aparelho de som.

**Métodos:**

Técnicas de terapia em grupo.

Dinâmicas: beleza e idealização, espelho mental, a visita do ET

Em cada encontro com o grupo aplicou-se uma dinâmica utilizando os materiais supracitados.

**Dinâmica Beleza e Idealização.****Objetivo:**

Encorajar o adolescente a aceitar do seu próprio corpo e a entender que os ideais de beleza também são estabelecidos pela cultura.

**O que precisa:**

Sala ampla e confortável que permita a formação de grupos, folhas de papel sulfite, lápis ou caneta, revistas, jornais, tesouras, cola e papel pardo. Tempo: 40 minutos.

**Como fazer:**

1 - Formar grupos pequenos só com meninas. 2 - Solicitar os grupos de meninas a conversarem entre si sobre o tipo de homem que consideram ideal. 3 - Cada grupo deverá fazer uma listagem com as características que considera importantes. 4 - Cada grupo, utilizando-se de revistas, lápis, cola e tesoura, deverá fazer uma colagem, identificando os critérios que utilizou para o homem ideal. 5 - Cada grupo apresentará sua colagem, referindo-se aos critérios evidenciados.

**Pontos para discussão:**

a) Aceitação da aparência física por mulheres. b) Como é a idéia de beleza do grupo? c) As mudanças que eu sinto, em mim mesmo, sobre minha aparência e meu jeito de ser, por influência da opinião de outras pessoas. d) Como são criados os critérios de beleza?

**Resultado esperado:**

Ter promovido uma discussão sobre ideais de beleza e aceitação do seu próprio corpo.

**Dinâmica: Espelho Mental**

**Objetivo:**

Auxiliar o adolescente a tomar consciência da imagem que ele tem do seu próprio corpo.

**O que precisa:**

Sala ampla e confortável, folhas de papel sulfite e lápis, toca-fitas, música lenta.

Tempo: 50 minutos.

**Como fazer:**

Orientação geral (5 minutos): 1 - Pedir a todos os participantes que andem pela sala (descalços) ao som da música seguindo as instruções do facilitador: andar na ponta dos pés; andar apoiando o corpo no calcanhar; andar na chuva; andar em uma superfície quente; andar passando por urna porta estreita; andar em câmera lenta; andar em marcha ré. Os adolescentes não deverão tocar o corpo do outro colega. 2 - Pedir a todos que parem onde estão, fechem os olhos, pensem na parte do seu corpo que acham mais bonitas e atrativas, e guardem mentalmente essa imagem consigo.

Trabalho individual (10 minutos): 1 - Solicitar cada participante a sentar, a pegar sua folha de papel sulfite e a procurar esquematizar no papel a imagem captada pelo seu cérebro. Não colocar o nome. 2 - Lembrar que é somente um esquema e não um desenho artístico.

Trabalho em grupo (35 minutos): 1 - Pedir a cada participante que vire o esquema para baixo e aguarde. 2 - Quando todos terminarem, pedir que façam as folhas circularem, como esquema para baixo. 3 - Pedir-lhes que parem de passar quando as folhas atingirem a metade do círculo, e que desvirem-nas. 4 - Cada participante, com uma folha nas mãos, comentará ou

mostrará o que a pessoa conseguiu passar de sua imagem mental. 5 - Quando todos terminarem a tarefa, pedir que façam circular todos os esquemas, para serem vistos. 6 - Cada participante guardará sua folha.

**Pontos para discussão:**

- a) Os homens e as mulheres estão satisfeitos com suas formas físicas?
- b) A forma como nos sentimos em relação ao nosso corpo é influenciada pelo que as pessoas do outro sexo acham interessante ou atraente?
- c) Existem partes do nosso corpo que podemos modificar. Por que e para que?

**Resultado esperado:**

Os adolescentes terão vivenciado a oportunidade de tomar consciência das suas mudanças físicas.

**Dinâmica A Visita Do ET**

**Objetivo:**

Levantar questionamentos relativos à sexualidade, desvinculados de um contexto sociocultural.

**O que precisa:**

Sala ampla, 5 cartolinas, 5 pincéis atômicos, fita crepe, adereço para cabeça. Ele avisara que chegaram ETs na terra e gostariam muito de saber sobre a sexualidade dos humanos.

### **Como Fazer:**

1- O facilitador pedirá a todos que caminhem pela sala. 2 - Ele avisara que chegaram ETs na terra e gostariam muito de saber sobre a sexualidade dos humanos. 3 - O facilitador comentará que apareceram 5 jornalistas para conversar com os ETs e colocará crachás com a inscrição "Imprensa" em 5 participantes. 4 - Em seguida, o facilitador pedirá que se formem 5 grupos de ETs, com 1 jornalista em cada grupo, sentados no chão. 5 - Esses 5 jornalistas irão registrando as perguntas que os ETs fizerem sobre a sexualidade dos terráqueos. 6 - Para cada grupo, serão dados 1 cartolina e 1 pincel atômico; e o(a) jornalista anotará os itens mais interessantes perguntados pelos ET e se irá procurar respondê-los. 7- A Prefeitura também pretenderá ajudar e enviará 5 consultores da cidade para complementar as dúvidas dos ETs. (nesse caso, poderão ser envolvidos outros facilitadores da instituição). 8- Antes de finalizar, o facilitador perguntará se as expectativas dos ETs foram atendidas e pedirá aos jornalistas que afixem a matéria da reportagem (as cartolinas) na parede.

### **Pontos para discussão:**

- a) Refletir se é fácil ou não falar sobre sexualidade.
- b) Por que é fácil para algumas pessoas e difícil para outras?
- c) Com quem os adolescentes se sentem mais à vontade para conversar sobre sexualidade?

**Resultado esperado:**

Ter possibilitado a verbalização de fantasias e assuntos desprovidos das “amarras sociais”, isto é, de preconceitos, estigmas, estereótipos e credíces.

**Procedimentos:**

A grupoterapia foi aplicada em 12 meses, divididas em quatro sessões ao mês. Com o objetivo de possibilitar um espaço de discussão e reflexão acerca do abuso sexual sofrido, sob a ótica da questão de gênero. Papéis sociais – Direitos e cidadanias do estatuto da criança e adolescente “Sexualidade” – Projeto de Vida – Autoestima - Família.

No grupo de meninas a Psicóloga clarificou os papéis sociais as normas, direitos, deveres e explicativas que condicionam o comportamento dos indivíduos junto a um grupo ou dentro de uma instituição. Oferecem-se esclarecimentos sobre o estatuto da criança e do adolescente após a apresentação do estatuto ao grupo. O grupo foi estimulado a pensar no seu projeto de vida e construir um projeto de curto prazo para alcançar aquele objetivo. A psicóloga abordou ainda as questões da autoestima, as relações interpessoais, a integração do grupo e a descoberta do próprio EU das vítimas, As relações familiares foram discutidas no grupo com cada participante expressando como ela vê sua família.

O trabalho realizado no grupo de meninas se baseou na grupoterapia psicanalítica ou grupo-análise, é uma intervenção que permite, se trabalhar a partir de técnicas específicas para crianças, para adolescentes e para o adulto, através da vértice do inconsciente, da análise e interpretação de conteúdos internos, de vivências primitivas, e dos vínculos formados no aqui e agora da dinâmica grupal. Procura tornar conscientes os aspectos defensivos, projetivos que interferem e bloqueiam o funcionamento do grupo, e conseqüentemente, o viver em grupo e no grupo.

Zimerman (1993, p. 119) nos lembra que:

O importante processo grupal é que todos os componentes da grupoterapia desenvolvam a capacidade de reconhecimento dos próprios sentimentos contratransferências que os outros lhe despertam, assim como o que ele despertou nos outros. Isso tem dupla finalidade: uma a de auxiliar a importante função do ego de cada indivíduo em discriminar entre o que é seu e o que é do outro; a segunda razão é a necessidade para o crescimento de cada pessoa, de que ela deve reconhecer, por mais penoso que isso seja aquilo que ela desperta e “passa” para os outros (ZIMERMAN, 1993, p. 119)

Para Moreno (1966), o trabalho com grupos terapêuticos parte da interação terapêutica: “Chamei de principio de interação terapêutica a esta interação em que a autonomia dos indivíduos participantes não se perde como na massa, e em que se aproveitam suas capacidades terapêuticas” (p.27). Nesse aspecto, Moreno ressalta que num grupo cada individuo torna-se agente terapêutico do outro, graças ao principio de interação terapêutica. De onde se conclui que, se um grupo adocece, o que adocece não é o ser grupal, mas a relação ou a coerência entre seus componentes.

Já para Freud (1920), o trabalho com o grupo esta ligado à libido, que seria a responsável pela formação e manutenção dos vínculos de amor num grupo. Para ele, a mente grupal seria estruturada de forma semelhante aos padrões da família; o amor entre os membros do grupo e a capacidade de se influenciarem mutuamente seria proporcional ao amor e ao respeito conquistado pelo líder desta família. Quanto às hostilidades entre os membros, elas são atribuídas à má resolução das questões edípicas.

O trabalho psicoterápico com o grupo de meninas procura proporcionar um ambiente seguro no qual se possa discutir as questões da violência, dos limites, da manutenção da

complementaridade de quem foi vitimizado e quem agrediu, aumentar a sua autoestima, prevenir revitimização. Busca também lhes proporcionar a introjeção de um novo modelo relacional, de papel adulto, prestando-lhes apoio.

O trabalho com o grupo exige que o terapeuta tenha uma mente aberta, uma sutil capacidade de observação, um sutil modo de entrar nas coisas, muita paciência para permitir que a realidade possa revelar-se no seu ritmo, uma profunda humildade no manuseio de seu poder, simplicidade e inocência de coração para que os conteúdos mais profundos e reprimidos do outro possam emergir sem medo ou vergonha.

Moreno diz que o “principal objetivo da terapia de grupo é proteger o paciente contra o abuso e dar amplo respeito à dignidade de cada um deles” (p.12), para muitas destas meninas o grupo representa a única chance real de viver a sensação de “pertencer” a um coletivo é em seu grupo terapêutico. Pertencer aqui significa perceber-se existindo em um lugar onde se tem ligação realmente pessoal, onde se conhece e é conhecido na intimidade, onde não se está a cada momento ameaçado de perder algo (prestígio posição, afeto).

### **Descrição de alguns encontros e dinâmicas do grupo**

Os encontros semanais com as meninas vítimas de abuso sexual são uma experiência valiosa e surpreendente para qualquer profissional de saúde. Exige-se do profissional, além das técnicas, qualidades tais como a compaixão, empatia, sabedoria e mais importante, a capacidade de comunicação em linguagem acessível às jovens.

*Primeiro encontro:* Apresentação das meninas, combinações sobre horários, frequência, duração, sigilo. Dinâmica de grupo: ficha dos sentimentos. Finalidades: Identificar e exprimir sentimentos e emoções.

*Segundo encontro:* Escutando a historia de cada menina e seus sentimentos; Refletindo e discutindo sobre o abuso sofrido.

*Terceiro encontro:* Facilitar o relato de experiências comuns (sexualidade, repercussões físicas e psicológicas da violência sexual).

*Quarto encontro:* Oficina de educação sexual: abordar as questões de sexualidade, papéis sociosexuais, desejos e pulsões, respostas sexuais, mitos tabus e crendices sexuais, métodos contraceptivos, autocuidado, mudanças físicas.

*Quinto encontro:* Refletindo sobre a oficina, tirando duvidas e relatando a experiência. Dinâmica: a visita do ET, que tem por objetivo levantar questionamentos relativos à sexualidade.

*Sexto encontro:* A imagem corporal e as mudanças físicas. Dinâmica: espelho mental.

*Sétimo encontro:* A visita da Conselheira Tutelar com uma palestra sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

*Oitavo encontro:* As crenças e mitos a respeito do abuso sexual.

*Nono encontro:* Orientando e identificando a rede de apoio.

*Décimo encontro:* Abordando as diferenças de papéis sexuais entre homens e mulheres na sociedade e construção de uma caixa de perguntas.

## **Resultados e Discussão**

Os resultados obtidos mediante uma análise subjetiva da experiência revelaram que dentro do espaço grupal as meninas conseguiram falar sobre o abuso sofrido e buscaram soluções para seus conflitos internos. As vítimas conheceram a rede de atendimento público e começaram a usufruir desta rede. A análise da experiência com o grupo será apresentada com base na participação de uma integrante do grupo, a menina Estela.

## **Apresentando um caso típico**

Neste caso típico, ilustramos o caminho que uma criança ou um adolescente vítima de abuso sexual deve percorrer na rede de proteção integral, após da denuncia ao Conselho Tutelar.

Citamos como exemplo caso da menina Estela,<sup>2</sup> em situação de violência sexual, para que entendermos o funcionamento da rede de atendimento do município. Cabe lembrar que as instituições ou redes sociais, sejam públicas ou privadas, que atendem as demandas da criança e do adolescente em situação de violência, geralmente, fundamentam sua prática no ECA seguindo a doutrina da proteção integral priorizando o trabalho em rede nos casos de violência.

A proposta de rede visa que todos os serviços que atendem a criança e adolescente “possam, além de oferecer atendimento de qualidade, articular-se de forma a somar esforços, trabalhando pela ótica da complementaridade” (Sayão, 2006, p. 13). A psicóloga escolheu este caso para demonstrar o trabalho de vários profissionais da rede de proteção, o que corresponde ao ideal proposto pelo ECA.

Estela tem 12 anos, mora com os pais, João e Maria, e uma irmã mais velha. A mãe trabalha o dia inteiro colando sola de sapato em casa e o pai trabalha em uma fabrica de sapato. Estrela estuda no turno da tarde numa escola de ensino fundamental da rede municipal e está na quinta serie.

A menina Estela foi encaminhada para o grupo de meninas pelas dificuldades de aprendizagem e de relacionamento. No primeiro encontro com o grupo, logo após as combinações, Estela levantou o braço e pediu para falar. Estela revelou ao grupo que foi

---

<sup>2</sup>Todos os nomes são fictícios para assegurar o anonimato das pessoas.

abusada sexualmente pelo Pirata (que é conhecido dentro da vila como abusador). Estela, neste primeiro encontro, chorou muito enquanto contava sua história. Estela aparentava ter 10 anos, se vestia de maneira simples e não parecia ter muitos cuidados com a higiene pessoal. Estela contou que foi presa na cama e amarrada pelos braços e pernas enquanto estava sendo violentada. Pirata depois de tê-la violentado ameaçou Estrela e sua família com morte caso ela contasse sobre este estupro.

O abuso sexual representa uma verdadeira catástrofe na vida de uma criança e produz uma devastação da estrutura psíquica que afeta seus distintos aspectos. É um tipo de violência diferente de outras. Implica uma vivência de solidão extrema e constitui uma situação limite para a sustentação do funcionamento psíquico, enquanto afeta o núcleo mais pessoal e básico de identidade: o corpo. (Franca, 2005).

O abuso sexual difere de outras violências físicas porque está dirigida à satisfação sexual do sedutor e ao despertar de sensações sexuais na vítima. Mesmo sendo passiva fisicamente, a criança participa psiquicamente na atividade sedutora por meio de desejos, afetos e fantasias.

Com o passar dos dias Estela mudou completamente o seu jeito de ser, de uma menina alegre e sorridente se tornou triste e distante. Ela não conseguia mais dormir à noite com medo de Pirata entrar em sua casa e matar a sua família. Sua mãe Maria percebeu a mudança brusca de comportamento e procurou ajuda na escola.

Com relação ao papel da escola e do professor na prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescente, Brino e Williams (2003) enfatizam que a escola é o lugar ideal para prevenção, intervenção e enfrentamento deste fenômeno, pois deve ter como objetivo a garantia da qualidade de vida de seus alunos e a promoção da cidadania. Isto está claro no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2000) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8069/90) cujo objetivo foi:

estabelecer um conjunto de ações articuladas que permitam intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. No eixo da prevenção fica bem clara a importância da participação da escola no enfrentamento a esta problemática, pois nele é apontado o papel da escola no trabalho de educar crianças e adolescentes sobre os seus direitos e assegurar, assim, ações preventivas contra a violência sexual, no sentido de possibilitar que as crianças e adolescentes tenham apoio e sejam protegidos com ações educativas com vista à autodefesa, à conscientização e à valorização de suas etapas de crescimento. Sugere também, o trabalho com os temas transversais, principalmente os referentes à educação afetivo-sexual.

Estela ao perceber que sua mãe estava preocupada e estava buscando mais informações sobre a situação dela na escola, resolveu contar do ocorrido para vice-diretora Eva. Eva logo após ouvir o relato de Estela, agiu de maneira impulsiva (*incorreta*) e tentando esclarecer o fato primeiramente com a família, contatou a mãe de Estela. Esta atitude pode em certos casos prejudicar a criança vitimizada e/ou colocar a vida dela em perigo. Constatou-se que, ao se tratar de direitos da criança e do adolescente, ainda existe um despreparo da equipe diretiva da escola e dos professores. A maioria dos profissionais de ensino não tem conhecimento suficiente sobre aspectos legais de abuso e uma minoria tem um conhecimento parcial baseada nas experiências alheias sobre o assunto (mais especificamente sobre o ECA), o que vai ao encontro da pesquisa desenvolvida por Ferreira (2004). Brino e Williams (2003) referem que há necessidades de estudos mais aprofundados sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e sobre a temática da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, por parte dos profissionais da educação que trabalham com crianças e adolescentes, bem como nos cursos de formação de professores. Há necessidade de se pensar sobre os meios adequados para que educadores adotem os procedimentos corretos para que as vítimas sintam-se mais livres para denunciar nos casos de violência sexual.

Após ouvir a Estela, Eva decidiu chamar os pais e orientá-los a fazer a denúncia. Atualmente, considera-se uma questão fundamental o ato da denúncia que significa o rompimento do pacto de silêncio ao qual o abusador submete sua vítima. Da recepção que essa denúncia obtiver e da ajuda que se puder oferecer à criança abusada vai depender, em grande medida, a inscrição que esse ato terá no psiquismo. Se o abuso é reconhecido como um delito dentro do discurso social e castigado pela lei, então seu processamento no psiquismo da vítima terá possibilidades de superar o bloqueio ao trabalho de representação.

A resposta das pessoas próximas (família, escola, profissionais da área da saúde) frente às denúncias de abuso feitas por uma criança terá, assim, grande importância. Daí também a ênfase ao trabalho com a mãe, pela relevância do papel que ela desempenha a favor da recusa ou a favor da aceitação simbolizante.

A denúncia de um abuso retira a vítima do isolamento e abre espaço para um terceiro que possibilita emergência de outro relato. Surge assim uma narrativa, que torna acessível um lugar antes dominado pelo terror, e que levava à impossibilidade do pensamento. A confissão dos delitos, o juízo e a condenação permitem que a memória se recupere e as redes simbólicas da história se recriem, recuperando a subjetividade. O processo consistirá em fazer o luto pelo pai perdido e, por meio da reconstrução do incesto cometido, abrir a possibilidade de reconstituir sua própria subjetividade fragmentada.

Estela após quebrar o silêncio entrou no processo de apoio. A primeira fase foi de recolher as informações. Ela visa, sobretudo, recolher todas as informações necessárias para um conhecimento profundo sobre a criança, a violência sexual sofrida e sobre os seus pais e meio envolvente, familiar, escolar, comunitário. É a fase de recolher informação. Depois desta avaliação, o profissional deve definir claras estratégias, de modo a atuar com eficácia, sobre o problema da criança. É a fase da definição de estratégias de intervenção. Tendo em conta as necessidades reais da criança vítima é necessário desenvolver-se, ao nível da

instituição, um trabalho interdisciplinar, isto é, do profissional com os seus colegas, no sentido de definir os objetivos e estratégias de intervenção. Esta deve ser um planeamento da intervenção, compreendendo um conjunto constituído pela avaliação já realizada sobre o problema, e de uma projeção da situação futura desejável e possível para a criança vítima.

Após Estela passar por todos os transites legais necessários, ela perdeu o caso na justiça. Pirata é uma pessoa muito influente na vila onde Estela mora e conseguiu um álibi em seu favor que levou ao arquivamento do caso.

A família de Estela sentiu-se desamparada e a menina ficou com um sentimento de indignação e descrença nas instituições. Após o ocorrido, Estela não queria mais ir para a escola e nas raras vezes em que foi à escola, se manteve distante e não se enturmou com os seus colegas. Logo após sofrer o abuso, o rendimento escolar de Estela caiu e ela foi encaminhada para o grupo de meninas.

Estela falava muito no grupo sobre seu sentimento de desamparo. Sentir-se desamparado é a reação-protótipo para todas as situações vividas como traumáticas, dado que essa necessidade básica de proteção não se satisfaz no momento de surgir um perigo real que deixou o sujeito em situação de impotência. Uma vez instalado esse sentimento, se não surgir a ajuda adequada, vão-se gerando outros sentimentos como o medo, a tristeza e a inquietação. Estela relata a sensação de estar em *perigo permanente*. Essa sensação provém do sentimento de desproteção e se vincula com a magnitude de risco, seja real ou imaginário. Acaba sendo muito difícil integrar na própria vida um fato para o qual não se estava preparado e que supera a capacidade de tolerância devido a seu caráter inesperado e desconhecido. Estela disse que se sente muito diferente dos outros. Podemos dizer que a lembrança, a reatualização do abuso padecido atua de modo traumático, e seus efeitos se fazem sentir por longo tempo e em diferentes aspectos da vida. As crianças e mulheres abusadas acreditam, em geral, que são as únicas vítimas. Essa crença provoca sentimentos de humilhação, desprezo, perda

de esperança e isolamento. Todos esses sentimentos são provocados pela dor e pela impotência frente à impossibilidade de transformar esse passado que deixou marcas no corpo, no psiquismo e na vida cotidiana.

Hoje, depois de ter frequentado o grupo de meninas semanalmente por 12 meses, a vida de Estela mudou completamente. Sua aparência é de uma adolescente. Ela se veste apropriadamente e compatível com sua idade, usa maquiagem e demonstra preocupação com sua imagem e seu futuro. O espaço que este grupo de meninas oferece para seus participantes expressarem seus sentimentos e desafios é fundamental para diminuir a evasão escolar. O grupo oferece uma oportunidade ímpar de receber apoio dos colegas de grupo e oferece para o terapeuta a possibilidade de observar as respostas psicológicas, emocionais e comportamentais do grupo. O ambiente estimula os membros do grupo para ajudarem uns aos outros e transferirem sentimentos emocionais intensos tanto para o terapeuta quanto para os outros membros do grupo.

Para Osório (1997), a psicoterapia de grupo seria uma abordagem indicada na adolescência devido a certos fatores como a natural e espontânea tendência à formação de grupos na adolescência; a menor resistência à abordagem grupal de temas ansiogênicos nos pacientes adolescentes, tais como suas fantasias, conflitos com o próprio corpo e temores de contato com o sexo oposto; o efeito mobilizador de insight propiciado pelas identificações projetivas cruzadas que se estabelecem entre os elementos de um grupo terapêutico; a diluição das angústias persecutórias vivenciadas na situação transferencial com uma mais rápida e eficiente superação dos sentimentos de vergonha e liberação da espontaneidade original; a criação no grupo de um clima propício ao intercâmbio e confronto de experiências e que permita a seus componentes uma melhor identificação dos limites entre o “eu” e o “outro”, através da compreensão das motivações inconscientes dos distintos modos de sentir, pensar e agir, favorecendo a resolução da crise de identidade. (Zimmerman, p.121)

Estela recebeu atendimento de varias instituições no município tais como no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), no conselho tutelar durante seu processo contra Pirata na justiça, porém após ver a absolvição do abusador e ele continuando fazendo vitimas na vila, Estrela não recebeu nenhum atendimento da rede durante este período crucial. O sentimento de desamparo dominou a menina. Ser amado e protegido é uma necessidade inerente à natureza humana. Sentir-se desamparado é a reação-protótipo para todas as situações vividas como traumáticas, dado que essa necessidade básica de proteção não se satisfaz no momento de surgir um perigo real que deixou o sujeito em situação de impotência. Uma vez instalado esse sentimento, se não surgir a ajuda adequada, vão-se gerando outros sentimentos como o medo, a tristeza e o desassossego; Estela ainda fala da sensação de estar em perigo permanente, pois ela vê Pirata circulando na vila. Essa sensação provém do sentimento de desvalimento e se vincula com a magnitude do perigo, seja real ou imaginário. Acaba sendo muito difícil integrar na própria vida um fato para o qual não se estava preparado e que supera a capacidade de tolerância devido a seu caráter inesperado e desconhecido. Estela relata sentir-se diferente dos outros. A lembrança, a reatualização do abuso padecido atua de modo traumático, e seus efeitos se fazem sentir por longo tempo e em diferentes aspectos da vida. As crianças e mulheres abusadas acreditam, em geral, que são as únicas vítimas. Essa crença provoca sentimentos de humilhação, desprezo, perda de esperança e isolamento. Todos esses sentimentos são provocados pela dor e pela impotência frente à impossibilidade de transformar esse passado que deixou marcas no corpo, no psiquismo e na vida cotidiana.

O grupo de meninas deu voz a estas crianças invisíveis à rede de atendimento, articulando atendimentos para as vitimas e criando um modelo de cooperação entre as instituições diversas. Deste modo, trabalhando juntos, os serviços de saúde, segurança pública e educação podem proporcionar apoio às vitimas da violência e serem verdadeiros membros de uma rede

integrada. É de extrema importância proporcionar seminários, capacitações e reuniões periódicas entre as instituições supracitadas para garantir a integração e eficácia da rede.

Hoje, Estela está conseguindo conviver melhor com o trauma que sofreu, está melhor academicamente e parece não ser mais aquela menina solitária. A rede de atendimento está cuidando da Estela e há uma harmonia melhor entre todas as instituições.

## **Considerações Finais**

É necessário humanizar o atendimento a pessoas em situações de extrema fragilidade em virtude da violência sexual, pois é um problema mundial, com efeito, sobretudo social, pois afeta o bem-estar, a segurança, as possibilidades de desenvolvimento sexual e a autoestima dos violentados.

O trabalho em rede possibilita a ampliação dos serviços prestados e o envolvimento de um número grande de profissionais na luta para prevenir e tratar os agravos causados pela violência sexual. Além disso, não necessita de grandes investimentos financeiros, já que, trata-se de articular serviços existentes para a execução da mesma política pública. Pode observar que com poucos recursos é possível fazer um atendimento tão sofisticado e de qualidade.

O objetivo de estar trabalhando com este grupo foi de sensibilizar e informar a escola e a rede social da importância, de ter um espaço de escuta e de poder dar assistência a este grupo. Enfim, só será possível desenvolver um trabalho que venha a apresentar resultados significativos, se existirem os serviços de prevenção, identificação, assistência e tratamento para os casos de violência sexual.

Essas tarefas só serão suprimidas quando todos os serviços envolvidos tiverem atuando em forma de rede com capacidade de identificar e atender esta demanda tão urgente e específica. Como os problemas desencadeados pela violência sexual podem ir muito além dos danos físicos e repercutirem por toda a vida e saúde da pessoa violentada, e como a violência e o abuso sexual podem transmutar-se em inúmeras outras formas de patologia social, todas tendo por base a violência em suas múltiplas manifestações é um grave problema de saúde mental que afeta todo o conjunto da sociedade.

Assim há uma urgente necessidade de estabelecer sinergias entre as mais variadas instituições sociais, mormente as de segurança pública e as da saúde, evidenciando a imposição de um maior e melhor preparo dos serviços e dos trabalhadores destas áreas, no sentido de instrumentalizá-los adequadamente não só para atender as vítimas, mas também, desenvolver trabalhos visando à ampliação da cidadania e a eliminação de todas as formas de violência em nossa sociedade.

## Referências

Antoni, Yunes, Habigzang & Koller, (2001) **Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: Manual de capacitação profissional**. Editora Casa do Psicólogo. 1º Edição.

Azambuja, Maria Regina F. (2004) **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?** Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Azevedo, M.A. & Guerra, V.N. (1989). **Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu Editora.

Braun, Suzana. (2002) **A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do Segredo**. Porto Alegre: AGE.

Brino, R.F; Willians, L.C.A. (2003)**Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil**. Cadernos de Pesquisa, Julho. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Autores Associados.

Christoffell, K.K.; Scheldt, P.; Agran, P.H.; Kraus, J.F.; Mcloughlin, E. & Paulson, J. (1992) **Standart definition for childhood injury research**. Washington. NICHD.

Copyright (2002). **O Fim Do Silêncio Na Violência Familiar Teoria e Pratica**. Ágora Editora.

Franca, Cassandra Pereira. (2005) **Perversão-Variações Clínica Em Torno De Uma**. Editora Casa Do Psicólogo.

Furniss, T. (1993). **Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Editora.

H.Kemp (Fundador da ISPCAN-International Society For Prevention of child Abuse and Neglect). Disponível em:<http://www.ispcan.org/>

Ministério Da Saúde. (1999) **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. Brasília: Norma Técnica.

Narvaz, M. & Koller, S.H. **A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto**. Psicologia, Reflexão & Crítica.

Padilha, Maria da Graça, e Gomide, Paula Inês Cunha. (2004) **Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual**. Estudos da Psicologia, Paraná, v.9, n.1, p.53-61.

Pamplona. R.C. (2001). **Um Homem a Frente de Seu Tempo O Psicodrama de Moreno No Século XXI**. Ágora Editora.

Siveira, M.A (2005). **Violação da Infância Crimes Abomináveis**. Porto Alegre: Age Editora.

Williams, L. C. A. (2002) Abuso sexual infantil. In: Guilhardi, H. et al. **Sobre comportamento e cognição**: contribuições para a construção da teoria do comportamento. v. 10. Santo André: ESETec.

Zimerman, D. E. (1993) **Fundamentos básicos das grupoterapias**. Porto Alegre: Artes Médicas 1993, p. 114-118. Cap.16, p.119-24: Comunicação.

Zimerman, D. E.; Osório, L. C. (1997) **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas.